[PLANCON AS editável](https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1mJoyifUuDINrX6huiy9jcqedgdv_LTtg)

- PLANO DE CONTINGÊNCIA -

Ativação das estruturas de Assistência Social em situações de eventos adversos

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Nome da Instituição/Secretaria

Versão Atual: \_\_\_\_\_\_\_\_ (1.0) Data da Publicação: \_\_/\_\_/2022

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Município

MAIO de 2022



Este Plano de Contingência foi construído com base no Modelo do Plano de Contingência da Educação para a COVID 19, PlanCon-Edu/COVID-19, elaborado e aprovado no âmbito do Comitê Técnico Científico da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina.

Governador do Estado de Santa Catarina

Carlos Moisés da Silva

Secretário de Estado do Desenvolvimento Social

João Batista Costa

Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina

David Christian Busarello

Diretor de Gestão de Educação

Alexandre Corrêa Dutra

Presidente FECAM

Jorge Luiz Koch

Equipe elaboração Modelo de Plano de Contingência AS:

Amanda Cristina Pires - Universidade do Estado de Santa Catarina/CTC - (UDESC/CTC)

Caroline Margarida - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Carolina de Freitas Rodrigues - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Cleonice Maria Beppler - Instituto Federal Catarinense/Campus Camboriu/CTC (IFC/CTC)

Gabriella Dornelles - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Gladis Helena da Silva - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Francisco Costa - Universidade do Minho/CTC (UMinho/CTC)

Frederico Alvin Carvalho - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Janice Merigo - Federação Catarinense de Municípios (FECAM)

Juliana Terezinha Martins - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Lauro Francisco dos Santos - Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES)

Letícia Guimarães Braz - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Luciano Peri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina (DCSC)

Maíra Ribeiro - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Maria de Fátima Goulart Flores Chioca - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Mário Jorge Cardoso de Freitas - Associação Brasileira de Pesquisadores em RRD - (ABP-RRD/CTC)

Maristela Antonia dos Santos - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Nayara Costa Brito - Associação dos Municípios do Vale Europeu (AMVE)

Neusa Poleto Pucci - Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC)

Patricia Chaves de Souza - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Regina Panceri - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Renata da Silva - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Rodrigo Nery e Costa - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC)

Rosangela Paulino Alexandrino - Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

(AMESC)

Sabrina Mores - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (DIAS/SDS)

Vanessa Scoz Oliveira - Defesa Civil do Estado de Santa Catarina/CTC (DCSC/CTC)

Vânia Fátima Guareski Souto - Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (GranFpolis)

Projeto gráfico e diagramação: Elisa Motta - Defesa Civil de Santa Catarina

Colaboradores Externos

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Plano de contingência aplicável a

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Secretaria

Equipe responsável pela elaboração e implementação do plano:

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Prefeito Municipal

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Secretário (a)

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Assistência Social

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Proteção e Defesa Civil Municipal

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Saúde

Clique ou toque aqui para inserir o texto.

Educação

Membros da equipe:

Sumário

[1. INTRODUÇÃO 5](#_heading=h.30j0zll)

[2.](#_heading=h.1fob9te) PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E O AGRAVAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL EM SITUAÇÕES DE DESASTRES OU EVENTOS ADVERSOS 9

3[. OBJETIVOS 9](#_heading=h.2et92p0)

3[.1 OBJETIVO GERAL 9](#_heading=h.tyjcwt)

3[.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 9](#_heading=h.3dy6vkm)

4[.](#_heading=h.1t3h5sf) DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO 10

4[.1 AMEAÇA (S) 10](#_heading=h.4d34og8)

4[.2 VULNERABILIDADES 13](#_heading=h.2s8eyo1)

4[.3 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR 15](#_heading=h.3rdcrjn)

5[. CICLOS DE GESTÃO E FASES PRONTIDÃO/AÇÃO](#_heading=h.26in1rg)  17

6[. GOVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA 19](#_heading=h.lnxbz9)

6[.1](#_heading=h.44sinio) DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS

6.2SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA E ALARME) 37

6[.2.1. Dispositivos Principais 37](#_heading=h.z337ya)

6[.2.2. Monitoramento e avaliação 39](#_heading=h.3j2qqm3)

6.3 [UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL /COMITÊS DE CRISE](#_heading=h.44sinio)

7. ANEXOS



1. **INTRODUÇÃO**

O papel da Assistência Social no contexto das emergências envolve um conjunto de ações antes, durante e após uma emergência e no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os eixos estratégicos para as situações de Emergência são: Gestão Legal, Administrativa e Orçamentária; Vigilância Social; Trabalho Social com Famílias e Indivíduos; Benefícios Socioassistenciais e Transferência de Renda; Acolhimento; e Articulação e Intersetorialidade. (Informe CNAS nº1/2021).

Ao longo dos anos, o SUAS tem sido chamado a atuar em diferentes contextos de emergência, sendo que na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, estabelecido na Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 200, foi criado o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Este serviço tem a missão promover o apoio e proteção à população atingida por situação de emergência e calamidade pública, assegurando a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial, para minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

Considerando a diversidade de eventos hidrológicos, geológicos, climáticos e meteorológicos que atingem Santa Catarina e que geram diversas situações de emergência, exigindo um esforço cada vez mais estruturado da Política de Assistência Social para o atendimento rápido, eficaz e eficiente de um número crescente de famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco, o que impacta diretamente no acréscimo de demandas por serviços e benefícios, nas seguranças de apoio e auxílio e nas seguranças de renda e de acolhida.

Todas essas emergências demandam da Assistência Social ações de atendimento da população afetada com a oferta de serviços de proteção social básica e especial e garantia de direitos fundamentais necessários à sobrevivência durante e após a situação de emergência. Dessa forma, o trabalho socioassistencial desenvolvido com as famílias, comunidades e indivíduos ultrapassa a dimensão primeira do atendimento imediato nessas circunstâncias, devendo ir além e focando na garantia das seguranças socioassistenciais, a partir da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios nos territórios. O fato desses fenômenos envolverem o desencadeamento ou agravamento de situações de vulnerabilidade, riscos sociais e outras formas de violação de direitos, faz com que a resposta da Assistência Social repercuta em ações de ambas as proteções (básica e especial) e na totalidade de seus serviços, programas, projetos e benefícios (INFORME CNAS n.01/2021, p.29).

Considerando que o Sistema Único de Assistência Social - SUAS não pode se eximir de sua responsabilidade nos contextos de eventos adversos e/ou desastres diversos e que, atuando junto a outras políticas e setores, deve resguardar a sua especificidade, bem como estabelecer as atribuições e as responsabilidades específicas dos gestores e trabalhadores municipais/estaduais, se julga fundamental e urgente estabelecer uma ferramenta de gestão de desastres (PlanCon) que prepare esses Gestores e profissionais para a necessária agilidade quando da ocorrência de eventos adversos, fazendo conexões com os Planos Municipais de Contingência, o Plano Plurianual de Assistência Social e o PPA Municipal.

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pela garantia da proteção social a quem dela precisar e pela promoção da cidadania, por meio da implementação do [Sistema Único da Assistência Social (Suas)](https://m.vitoria.es.gov.br/prefeitura/assistencia-social-e-gerenciada-por-sistema-unico-e-participativo). Desenvolve serviços, programas, projetos e ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, voltados para diferentes públicos: crianças e adolescentes, vítimas de violência e maus-tratos, idosos, pessoas com deficiência e população de rua. O órgão também responde pelo desenvolvimento das ações de [segurança alimentar e nutricional](https://m.vitoria.es.gov.br/cidadao/conselho-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional) e pela [Defesa Civil](https://m.vitoria.es.gov.br/cidadao/defesa-civil-plano-de-contingencia-para-desastre-e-emergencia).

O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON-PDC) é um instrumento de planejamento e preparação de resposta a eventos adversos de quaisquer tipos, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei n° 12.608/2012). No Plano registra-se as capacidades de enfrentamento, como os recursos humanos a mobilizar (com responsáveis técnicos e legais), sendo público ou privado ou não governamental, e os recursos materiais a utilizar. O Plano deve prever a instalação de uma coordenação operacional (gabinete ou sala de crise), incluindo questões de comunicação, protocolos operacionais para gestão do evento adverso/desastre de acordo com as ameaças, cenários de risco, níveis de risco/prontidão e definição das dinâmicas e ações táticas e operacionais a implementar em cada um desses níveis, quando da iminência ou ocorrência do evento adverso a que o(s) cenário(s) de risco(s) alude(m). Os planos de contingência deverão em princípio ser elaborados em fase de normalidade (antes da ocorrência do evento adverso), isto é, na preparação.

O/A Clique ou toque aqui para inserir o texto. (nome da instituição/secretaria), face às constantes ameaças, e tendo em conta a sua responsabilidade perante à comunidade de usuários, elaborou o presente PLANO DE CONTINGÊNCIA (PLANCON-AS). O Plano está alinhado com as metodologias para elaboração de Planos de Contingência da Defesa Civil de Santa Catarina e as orientações nacionais e internacionais (SEDEC, Marco de Sendai, Diretrizes da Política de Assistência Social).

O Plano de Contingência da Assistência Social, a partir dos cenários de risco e das vulnerabilidades identificadas, define estratégias, ações e rotinas para o enfrentamento de eventos adversos, incluindo o retorno seguro das atividades, administrativas e de convivência.

As ações que passam a ser demandadas por essa política pública são: reorganizar os serviços, programas, projetos e benefícios já executados, conforme marcos legais - LOAS, PNAS, NOBSUAS, NOBRH, Portarias do Ministério da Cidadania e da SDS/SC, Orientações da CNM, do CONGEMAS, da Frente Nacional em Defesa do SUAS e Orientação Técnica do Grupo de Apoio à Execução n. 17/2020 do MP/SC. (Orientações FECAM).

O conjunto de medidas e ações ora apresentado deverá ser aplicado de modo articulado, em cada fase da evolução dos eventos adversos e destaca-se a importância do Plano ser elaborado de forma democrática, participativa e ser submetido a apreciação e aprovação pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, enquanto espaço de controle social. (Orientações FECAM).

1. [PÚBLICOS PRIORITÁRIOS E O AGRAVAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL EM SITUAÇÕES DE DESASTRES OU EVENTOS ADVERSOS](#_heading=h.3znysh7)

* População atendida pelos serviços e benefícios socioassistenciais;
* Moradores de áreas de risco;
* Outras populações expostas a riscos Naturais, Tecnológicos e Sociais;

1. **OBJETIVOS** 
   1. OBJETIVO GERAL

Preparar as estruturas de Assistência Social do Município para se integrar às demais estruturas públicas ou privadas para atendimento de populações atingidas por eventos adversos ou desastres (nota de rodapé explicando).

Fortalecer os processos de governança dos serviços, programas, projetos e benefícios, definindo estratégias, ações e rotinas de atuação para o enfrentamento dos eventos adversos, buscando assegurar a segurança da comunidade e das famílias, indivíduos e grupos no âmbito da proteção social básica, proteção de média e alta complexidade, integrando-se com outras políticas como a de proteção e defesa civil, saúde, educação.

* 1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Atuar de forma intersetorial e promover integração da rede com objetivo de agilizar e dar transparência nos processos quando ocorrem eventos adversos garantindo os direitos básicos do cidadão.
2. Implementar as ações de prevenção/mitigação, preparação, resposta e recuperação, em cada fase, abrangendo toda a atividade dos serviços;
3. Identificar comunidades afetadas, orientando/encaminhando para que de imediato possam usufruir de apoio do serviços de assistência social e por parte outros serviços, evitando ou restringindo situações de vulnerabilidade;
4. Assegurar a continuidade da missão assistencial, estabelecendo estratégias e metodologias adaptadas, buscando inclusão, qualidade e equidade no atendimento dos usuários e grupos específicos;
5. Garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas compatíveis com o momento do desastre.
6. Estabelecer / promover / garantir os benefícios eventuais ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
7. Identificar os cenários de riscos (com base nas ameaças, território envolvido, vulnerabilidades e capacidades instaladas da instituição de assistência social);
8. Definir as dinâmicas e ações operacionais e adotar os protocolos operacionais específicos, abrangendo as atividades dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela política de assistência social;
9. Estabelecer uma Unidade de Gestão Operacional que assegure a implementação das dinâmicas e ações definidas para diferentes fases, em especial, na retomada de atividades presenciais;
10. Promover acesso à informação constante de boletins atualizados e outros materiais de fontes oficiais sobre a ocorrência de eventos adversos e formas de prevenção;
11. Garantir uma eficiente comunicação interna (com trabalhadores, gestores ) e externa (com usuários, familiares, organizações fornecedores e população em geral);
12. Determinar quais os recursos necessários para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada ao evento adverso;
13. Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;
14. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO E CENÁRIOS DE RISCO

Sugestão de roteiro:

1. apresentação do município
2. dados gerais do município (breve, sem repetir o PAS todo, mas para dar ao leitor deste plano um breve panorama do município)
3. vulnerabilidade social e públicos prioritários, que em uma situação de emergência e calamidade podem ficar ainda mais vulnerável (pessoa com deficiência / idosos / crianças / gestantes)
4. territórios mais vulneráveis

O município de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, localizado na Região \_\_\_\_\_\_, possui as seguintes características:

* 1. AMEAÇA (S)

As principais ameaças a que o plano de contingência visa dar resposta são de origem natural: 1. geológico (deslizamentos, movimentos de massa), 2. hidrológico (inundação, enxurrada, alagamento), 3. meteorológicas (chuva intensa, vendaval, granizo, frio intenso, tempestade), 4. climatológicas (seca, estiagem, incêndios florestais), e 5. biológica (vírus e bactérias). Bem como as tecnológicas (incêndios em conglomerados urbanos, vazamentos de Produtos Perigosos- PP);

| TIPOS DE RISCO | | |
| --- | --- | --- |
| Natural  Esse tipo de risco não pode ser gerenciado pela ação humana pois se trata da manifestações de fenômenos naturais, como: chuvas, tempestades que podem ser acompanhadas por ventos e granizo, e tornados, devido à precipitação há o aumento do volume e velocidade dos rios. Quando essas manifestações ocorrem de modo intenso ou prolongado atingindo áreas ocupadas essa situação pode se transformar em um desastre com ocorrência de destelhamentos, quedas de árvores sobre moradias e carros, danos à rede elétrica e de comunicação, enxurradas, inundações e alagamentos além de deslizamentos e movimentos de massa com danos significativos às pessoas e ao patrimônio público e privado. | Tecnológicos  Os riscos tecnológicos estão vinculados aos equipamentos criados pela ação humana. Um acidente causado por vazamentos de produtos químicos, explosões, incêndios, colapsos de edificações podem provocar danos significativos para trabalhadores, população, equipamentos ou para o meio ambiente. | Sociais (Causas Humanas)  Nesse tipo de risco se inserem os riscos relativos à condição humana, sua cultura, religião e fatores políticos envolvidos. A análise desse cenário se demonstra cada vez mais necessária ao observar situações de greves gerais, atos terroristas, crises humanitárias, refugiados e outras situações que podem impactar a própria sociedade ou as comunidades vizinhas devido ao intenso fluxo de pessoas ou ao exaurimento dos bens e serviços de áreas de fronteira. |

Fonte: retirado do manual da FEMA

As ameaças naturais estão presentes, mais frequentes e com magnitude e intensidade cada vez maiores e é preciso perceber todos os riscos. No Estado de SC os eventos com maior recorrência são apresentados na figura abaixo.

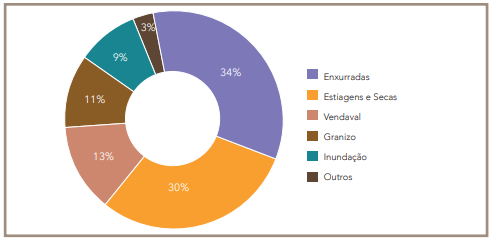


Gráfico - Percentual dos desastres naturais mais recorrentes no Estado de Santa Catarina, no período de 1991 a 2012.

Fonte: Brasil (2013)

Estas ameaças somadas as vulnerabilidades e ausência de capacidades de enfrentamentos podem gerar crises sem precedentes e tornar um evento adverso em desastre.

4.2 VULNERABILIDADES

O/A Clique ou toque aqui para inserir o texto. (nome da instituição/secretaria) toma em consideração as seguintes vulnerabilidades, na definição de seu cenário de risco.

OBS: Sugestões encontram-se no Caderno de Apoio

Digite aqui as suas capacidades instaladas

4.3 CAPACIDADES INSTALADAS/ A INSTALAR

O(a) Clique ou toque aqui para inserir o texto. (nome da instituição/secretaria) considera já ter instaladas e a instalar as seguintes capacidades:

Capacidades instaladas

1. da assistência social: Profissionais, estruturas e equipamentos que o município dispõe;
2. a integrar com as demais estruturas;
   1. Gestão
   2. Operativas
   3. Institucionais
   4. Científicas

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

1. Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas
2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão
3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais

Exemplos

1. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas
2. Capacidades Comportamentais

Digite aqui as suas capacidades instaladas

Capacidades a instalar

1. Capacidades Técnicas e Operacionais ou técnico-científicas
2. Capacidades Gerenciais ou de Gestão
3. Capacidades Institucionais e Interinstitucionais
4. Capacidades de Comunicação ou comunicacionais e expressivas
5. Capacidades Comportamentais

Digite aqui as suas capacidades a instalar

1. CICLOS DE GESTÃO E FASES [PRONTIDÃO/AÇÃO](#_heading=h.26in1rg)

Este plano de contingência vincula-se aos níveis de mobilização/ação definidos no Quadro 1, que estão baseados nos ciclos de gestão de riscos e de desastres: Prevenção, Mitigação, Preparação, Resposta e Recuperação, e nos níveis de mobilização por classes de dano da DCSC, e que implicam no acionamento das equipes, dos órgãos, ativação dos abrigos, entre outras ações.

No Nível Estadual, o acionamento institucional contemplará a DCSC / SDS / FECAM.

No Nível Regional, COREDEC / COLEGIADOS / ASSOC MUNIC.

No Nìvel Municipal: Secretaria de Assistência Social, COMPDECs

De acordo com a seguinte classificação:

Cód 0 - Nìvel Verde - NORMALIDADE

Cód 1 - Nìvel Amarelo - NOTIFICAÇÃO

Cód 2 - Nível Laranja - CONVOCAÇÃO

Cód 3 - Nível Vermelho - MOBILIZAÇÃO

Cód 4 - Nível Azul - RECUPERAÇÃO

| CICLOS DE GESTÃO | EMERGÊNCIA | FASES | NÍVEIS | CARACTERÍSTICAS | EXEMPLOS DA ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| GESTÃO DE RISCO | PRÉ- EMERGÊNCIA  NORMALIDADE | PREVENÇÃO | NÍVEL 0 | Classificação utilizada nos períodos de normalidade, nos quais os serviços encontram-se funcionando permanentemente, com foco nos trabalhos de prevenção, mitigação e preparação, analisando riscos e realizando trabalhos de proteção, monitoramento de riscos e treinamento de pessoal. | Apoio técnico rotineiro, elaboração de publicações sobre o tema, estudar e participar de grupos de discussão sobre a gestão de riscos. |
| MITIGAÇÃO | Informar as autoridades competentes quando são identificados pela AS famílias que estão em situação de risco, realizar o trabalho social com famílias que são retiradas preventivamente de suas casas. |
| PREPARAÇÃO | Participar da elaboração dos planos de contingência, preparar fluxos de trabalho para serem executados durante a emergência, discutir sobre quais espaços poderão ser usados no caso de um desastre, treinar equipes para trabalho de campo, participar de simulados, mapear as famílias em áreas de risco. |
| GESTÃO DE DESASTRES | EMERGÊNCIA | RESPOSTA | NÍVEL 1 | Utilizado para emergências locais, normalmente atendidas pelos serviços públicos de emergência, ocorrências de rotina. Cabe a AS ações de acompanhamento da situação, conforme características dos danos e tipologia do desastre. | Informar e notificar os gestores quanto aos potenciais danos esperados e adotar medidas de pré-impacto; |
| NÍVEL 2 | Utilizado para emergências maiores, em função do dano, maior complexidade, extensão ou duração, em que a AS precisa mobilizar profissionais dos diferentes serviços para atuarem como elementos de ligação, no planejamento e resposta aos desastres de forma integrada. | Acionar e integrar os Planos de Emergência.  Acionar a rede socioassistencial e demais políticas públicas e organizações da sociedade civil parceiras.  Ativar a abertura de alojamentos provisórios, abrigos e refúgios. |
| NÍVEL 3 | Utilizado para emergências de grande repercussão, nos quais a AS precisa mobilizar profissionais, recursos operacionais e logísticos dos órgãos governamentais para atuarem de forma conjunta e integrada, mediante planos de ação específicos para cada demanda. Essa classificação exige normalmente a mobilização integral dos órgãos parceiros, os quais continuam sendo acionados de acordo com as necessidades próprias da emergência. | Aplicar o Formulário Nacional de Emergências.  Organizar a concessão e entrega de benefícios eventuais.  Intensificar as ações do trabalho social com famílias. |
| PÓS- EMERGÊNCIA | RECUPERAÇÃO | Nível 4 | As ações de recuperação são aquelas de caráter definitivo e de atendimento coletivo, destinadas a reconstruir o cenário afetado pelo desastre. Incluem a restauração e o melhoramento, se necessário, das plantas, estruturas, instalações, meios de sustento e das condições de vida das comunidades afetadas pelos desastres, mediante realocação da população atingida, políticas públicas de habitação e urbanização, recuperação de áreas degradadas e reconstrução de infraestrutura pública. | Restabelecer as atividades rotineiras dos equipamentos, apoiar indivíduos e famílias ao retorno de suas rotinas diárias e na construção de novos projetos de vida. |

Quadro 1. Níveis de prontidão/ação a considerar no PLACON-AS para eventos adversos

Fonte: Quadro baseado no Protocolo de Atuação Conjunta para Mobilização para Resposta a Desastres - PAC.004.MOBIL da DCSC, 2019 e MINISTÉRIO DA CIDADANIA, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, Secretaria Nacional de Assistência Social. Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial (versão preliminar). Brasília, outubro de 2020.

1. G**OVERNANÇA E OPERACIONALIZAÇÃO DA RESPOSTA**

A gestão de uma situação de crise exige um ajuste na governança, ou seja, nos processos de governar neste tempo de crise. Referimo-nos, em especial, à interação e tomada de decisão entre os atores envolvidos no problema coletivo, acompanhada da criação, reforço e/ou remodelação de diretrizes e normas e implementação de ações adequadas.

Na governança, diretamente, relacionada com a operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta, salientam-se três domínios fundamentais:

1. o das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;
2. a Unidade de Gestão Operacional, propriamente dito, diferenciado do “normal” sistema e processo de governo, mas com ele interligado, e que se torna necessário constituir para coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;
3. o do Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e os processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.
   1. DIRETRIZES, DINÂMICAS E AÇÕES OPERACIONAIS (DAOP)

As diretrizes, dinâmicas e ações operacionais a serem implementadas encontram-se indicadas na sequência.

No planejamento da implementação das diretrizes, dinâmicas e ações sugere-se que seja usada, como referência, a ferramenta de qualidade 5W2H. Os 5 W (das iniciais do nome em inglês) são: W1) porque será feito; W2) o que será feito; W3) onde será feito: W4) quando será feito: W5) quem o fará. Os dois H: H1) como será feito; H2) quanto custará.

Os quadros sínteses que seguem resumem as principais dinâmicas e sugestões de ações que podem ser realizadas, alinhadas às diretrizes nacionais e aos eixos de gestão legal, administrativa e orçamentária; vigilância socioassistencial, trabalho social com famílias e indivíduos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda, acolhimento, articulação e intersetorialidade.

| PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E PREPARAÇÃO |
| --- |

| O quê (ação)  (W2) | Onde  (W3) | Quando  (W4) | Quem  (W5) | Como  (H1) | Quanto  (H2) |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  | Importante definir responsabilidade: Estadual (E), Regional (R) ou Municipal (M) |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Quadro 1: Plano de Ações fases PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO E PREPARAÇÃO

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

| RESPOSTA |
| --- |

| O quê (ação)  (W2) | Onde  (W3) | Quando  (W4) | Quem  (W5) | Como  (H1) | Quanto  (H2) |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Quadro 3: Plano da fase RESPOSTA

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

| RECUPERAÇÃO |
| --- |

| O quê (ação)  (W2) | Onde  (W3) | Quando  (W4) | Quem  (W5) | Como  (H1) | Quanto  (H2) |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Quadro 5: Plano de Ações fase RECUPERAÇÃO

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

| COMUNICAÇÃO e INFORMAÇÃO |
| --- |

| O quê (ação)  (W2) | Onde  (W3) | Quando  (W4) | Quem  (W5) | Como  (H1) | Quanto  (H2) |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |

Quadro 6: Plano de Ações COMUNICAÇÃO e INFORMAÇÃO

OBS: Exemplos encontram-se no Caderno de Apoio.

* 1. SISTEMA DE VIGILÂNCIA E COMUNICAÇÃO (SISTEMA DE ALERTA)

6.2.1. Dispositivos Principais

O sistema de monitoramento e alerta está organizado em torno de cinco (5) dispositivos principais de vigilância e comunicação, considerando as ações de preparação mais o grau de severidade:



Com base nestes dispositivos procede-se um constante monitoramento das dinâmicas e ações implementadas e, se necessário, seu ajuste. No quadro abaixo apresenta-se como está organizado o sistema de vigilância e comunicação.

| NOME | FUNÇÃO | CONTATO | DISPOSITIVO |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Quadro\_\_\_\_: sistema de vigilância e comunicação

6.2.2. Monitoramento e avaliação

Tendo em vista a imprevisibilidade da evolução dos eventos adversos, é fundamental o monitoramento constante do cenário de risco e das dinâmicas e ações operacionais adotadas, com avaliações de processos e resultados e constantes ajustes que se demonstrem necessários, para manter o plano de contingência atualizado. O registro das ações adotadas e das verificações realizadas é também importante para salvaguardar futuras questões legais.

Os registros diários das atividades do serviço, de maior ou menor eficácia das diferentes dinâmicas e ações, de eventuais problemas detectados e como foram resolvidos, de questões que seja necessário resolver ou aspectos a serem alterados, serão realizados em relatórios conforme modelo que consta no anexo 1 do Caderno de Apoio PlanCon AS.

Incluir aqui os modelos já elaborados junto com a área de Gestão de Desastres

* LIMIARES CRÍTICOS (anexo)
* PROTOCOLOS DE ACIONAMENTO (anexo) quadro resumido

* 1. UNIDADE DE GESTÃO OPERACIONAL (COORDENAÇÃO DE CRISE)

O(a) Clique ou toque aqui para inserir o texto. (nome da instituição/secretaria) adotou a seguinte estrutura de gestão operacional.

POSSÍVEIS FUNÇÕES PARA COORDENAÇÃO DE DESASTRES

Quem Representa a AS no SCO (Sistema de Comando Operacional)

Quem coordena o abrigo

Quem atua na logística humanitária

Quem atua na assistência psico social

Quem realiza levantamentos e relatórios para Fide/S2ID

Quem coordena as campanhas e doações

Quem coordena o abastecimento de alimentos/materiais para famílias desalojadas

Etc.



| NOME | FUNÇÃO | CONTATO | DISPOSITIVO |
| --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

Quadro\_\_\_\_:Unidade de gestão operacional

Para a devida aplicação da metodologia proposta, cada uma das caixas no organograma deve ser devidamente nominada (responsável) e identificada com telefone, e-mail, whatsapp da pessoa com poder de decisão. Para facilitar a utilização e visibilidade pode-se criar um mural para comunicações, avisos, indicação dos responsáveis e contatos de emergência.

ANEXOS:

Anexo 1 - RELATÓRIO SOCIAL/SITUACIONAL - MODELO

papel timbrado oficial do município

PREFEITURA MUNICIPAL DE [Inserir o nome do município.]

RELATÓRIO SOCIAL/SITUACIONAL

Interessado: Prefeitura Municipal de [inserir o nome do município]

Referência: [inserir o nº do decreto municipal]

DA SITUAÇÃO

Considerando o impacto do evento xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, foi verificado pela assistência social a existência de danos humanos.

O município até o momento fez… x y z…

Porém há a necessidade de auxílio complementar do governo do Estado.

DAS SITUAÇÕES EM QUE SE ENCONTRAM AS FAMÍLIAS

Situação da vulnerabilidade encontrada, avaliada….

Houve a necessidade de abertura de abrigos, total de abrigos, localização.

Número de famílias nos abrigos (com o total de pessoas entre homens, mulheres e crianças, idosos, portadores de deficiência, etc.

Pessoas desalojadas (número de pessoas que foram enviadas para casas de parentes).

Informar situações que julgar pertinentes….

É o relatório.

[Inserir o nome do município], [Inserir o dia] de [Inserir o mês] de [Inserir o ano.]

[Inserir o nome do(s) profissional(s)]

Carimbo e assinatura

Anexo 2 - Limiares Críticos

Anexo 3 - Protocolos de Acionamento –